

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

(Em Reais)

NOTA Nº 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

Criado em 22 de janeiro de 1942, pelo Decreto-Lei nº 4.408, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, entidade de direito privado, gestora de contribuições sociais (nos termos dos artigos 149 e 240 da Constituição Federal), surgiu para atender a uma necessidade premente: a formação de profissionais qualificados para a incipiente indústria de base.

É parte integrante do Sistema Confederação Nacional da Indústria – CNI e Federações das Indústrias dos Estados, o SENAI apoia 28 áreas industriais por meio da formação de recursos humanos e da prestação de serviços como assistência ao setor produtivo, serviços de laboratórios, pesquisa aplicada e informação tecnológica.

Diretamente ligados a um Departamento Nacional – DN, 27 Departamentos Regionais – DR levam seus programas, projetos e atividades a todo o território nacional, oferecendo atendimento às diferentes necessidades locais e contribuindo para o fortalecimento da indústria e o desenvolvimento pleno e sustentável do país.

As principais fontes de receitas da Entidade são as contribuições compulsórias, previstas nos Artigos 4º e 6º do Decreto – Lei nº 4.048 de 22/1/1942, recolhidas mensalmente pelas empresas enquadradas no seguimento industrial. A arrecadação dessas contribuições ocorre de forma direta, quando o contribuinte recolhe diretamente ao Departamento Regional ou, de forma indireta, através da guia de recolhimento da Contribuição Previdenciária paga à Receita Federal do Brasil.

Em seu art. 1º, o regimento do SENAI estabelece seus objetivos institucionais, a saber:

- I.** Realizar, em escolas instaladas e mantidas pela instituição, ou sob forma de cooperação, a aprendizagem industrial a que estão obrigadas as empresas de categorias econômicas sob sua jurisdição, nos termos de dispositivo constitucional e da legislação ordinária;
- II.** Assistir os empregadores na elaboração e execução de programas gerais de treinamento do pessoal dos diversos níveis de qualificação, e na realização de aprendizagem metódica ministrada no próprio emprego;
- III.** Proporcionar, aos trabalhadores maiores de 18 anos, a oportunidade de completar, em cursos de curta duração, a formação profissional parcialmente adquirida no local de trabalho;
- IV.** Conceder bolsas de estudo e de aperfeiçoamento a pessoal de direção e a empregados de excepcional valor das empresas contribuintes, bem como a professores, instrutores, administradores e servidores do próprio SENAI;
- V.** Cooperar no desenvolvimento de pesquisas tecnológicas de interesse para a indústria e atividades assemelhadas.

a) Contribuição Compulsória

Considerando a arrecadação da Entidade no ano de 2025, observa-se uma realização de 7,52% quando comparada ao ano anterior. Essa variação positiva em 2025 foi impulsionada pela maior contribuição direta conforme evidenciado no quadro abaixo.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025***(Em Reais)*

ARRECADADAÇÃO	31-12-2025	31-12-2024	VAR %
Arrecadação Direta	6.721.036,28	6.059.731,21	10,91%
Arrecadação Indireta	13.210.426,89	12.477.680,42	5,87%
TOTAL	19.931.463,17	18.537.411,63	7,52%

b) Apoios Financeiros

Os resultados do processo de monitoramento do fomento no ano de 2025 refletem o êxito da atuação conjunta entre técnicos e gestores do SENAI-DR/AL e do Departamento Nacional, em ações convergentes com a estratégia institucional. Foram monitorados na carteira de fomento a execução de 14 projetos nas modalidades: auxílios financeiros e projetos estruturantes.

MODALIDADES	Nº	Prestação de Contas	Valores Repassados	Contrapartida DN
Auxílios Financeiros	11	10.161.642,80	7.668.404,50	5.956.058,80
Projetos Estruturantes	3	1.027.545,00	790.500,00	343.174,93
TOTAL	14	11.189.187,80	8.458.904,50	6.299.233,73

c) Clientes

No exercício de 2025, a Entidade ampliou sua atuação com a introdução de novos produtos e serviços nos segmentos de Educação Profissional e Serviços de Tecnologia e Inovação. A mensuração do impacto dessas novas ofertas sobre os resultados está apresentada a seguir:

Negócio	Receita de novos produtos	Receita total	% de Impacto
Educação Profissional (EP)	R\$ 702.763,43	R\$ 13.014.137,65	5,40%
Serviços de Tecnologia e Inovação (STI)	R\$ 274.950,00	R\$ 3.204.835,07	8,58%
TOTAL	R\$ 977.713,43	R\$ 16.218.972,72	6,03%

Observa-se que os novos produtos representaram 5,40% da receita total do segmento de Educação Profissional (EP) e 8,58% no segmento de Serviços de Tecnologia e Inovação (STI), indicando maior representatividade proporcional dos novos produtos no STI. Em valores absolutos, a receita de novos produtos totalizou R\$ 702.763,43 no EP e R\$ 274.950,00 no STI, evidenciando que, embora o EP concentre maior volume de receita incremental, o STI apresenta maior participação relativa desses itens na composição de sua receita.

d) Fornecedores

No exercício de 2025, a Entidade manteve relações comerciais com fornecedores estratégicos para a execução de suas atividades administrativas, educacionais e operacionais. A gestão de Suprimentos atuou de forma integrada às áreas demandantes, assegurando a contratação e o fornecimento contínuo de bens e serviços necessários ao cumprimento de suas finalidades institucionais, em conformidade com os princípios da legalidade, economicidade, eficiência e transparência.

Os fornecedores com maior relevância financeira no exercício estão demonstrados de forma sintética na tabela apresentada neste item, a qual evidencia a concentração dos dispêndios

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

(Em Reais)

junto aos principais prestadores, sem que tal concentração tenha acarretado riscos operacionais ou financeiros relevantes à Entidade.

Durante o exercício, não foram registrados cancelamentos contratuais, bem como não ocorreram alterações ou renegociações contratuais relevantes. Da mesma forma, não foram identificados atrasos na execução dos contratos pactuados, não havendo necessidade de reprogramações operacionais nem impactos materiais sobre o cumprimento das atividades institucionais.

A Administração avalia que a composição dos principais fornecedores reflete a regularidade das operações e a adequada execução dos contratos firmados, não havendo eventos que tenham gerado efeitos relevantes sobre os resultados do exercício ou sobre a continuidade das operações da Entidade.

Nº Contrato	Fornecedor	Objeto	Vigência	Valor Global
13269	MESHA TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA	Serviços de apoio técnico em análise, desenvolvimento, suporte, e manutenção de sistemas computacionais.	06/2025 a 06/2026	5.238.990,00
13261	BARROS E MELO SERV. DE INST. E CONTRUÇÕES LTDA ME	Serviços de instalações elétricas, instalações lógicas de dados e voz e combate a incêndio e pânico	06/2025 a 06/2026	4.976.646,08
13764	TAL PROPAGANDA	Agência de publicidade e propaganda	11/2025 a 11/2026	2.750.000,00
13769	DUCK COMUNICACAO INTEGRADA LTDA	Agência de publicidade e propaganda	11/2025 a 11/2026	2.750.000,00
12891	ELETROLUZ LTDA	Registro de preços para aquisição material elétrico	02/2025 a 02/2026	1.043.830,90
12890	ALLSOLUTION EQUIPAMENTOS CORPORATIVOS LTDA	Registro de preços para aquisição material químico e laboratorial	02/2025 a 02/2026	1.025.923,00
12854	BRASLUSO TURISMO LTDA	Empresa especializada em serviços de gestão de viagens nacionais e internacionais	01/2025 a 01/2026	900.000,00
13736	NOG SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA	Prestação de serviços de limpeza e conservação	11/2025 a 11/2026	844.046,13
12786	JM SANTOS COMERCIO E SERVICOS LTDA	Registro de preços para aquisição de material para copa e cozinha e gêneros alimentícios	01/2025 a 01/2026	665.046,77
12898	JOAO LUCAS BARRETO NUNES	Aquisição de Material de Construção	02/2025 a 02/2026	659.263,83

e) Receita de contratos com clientes

Os contratos firmados com clientes foram mantidos com entregas no prazo, não havendo descontinuidade dos mesmos.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

(Em Reais)

**NOTA Nº 02 - APRESENTAÇÃO E BASE DE PREPARAÇÃO DAS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP, em conformidade com o Manual de Padronização Contábil e Plano de Contas do Sistema Indústria, aprovado pelo Conselho Nacional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial SENAI-DN, conforme Ato Resolutório nº 391/2009, observando as premissas da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Entidade e, quando existentes, operações em moeda estrangeira são convertidas para reais, de acordo com as taxas de câmbio da moeda nacional.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

a) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração utilize estimativas e adote premissas objetivas e subjetivas, para determinar os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas.

As principais estimativas são relacionadas com a determinação de provisão de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, taxas de depreciação do ativo imobilizado e provisões para desembolsos originados de processos administrativos e judiciais.

Os resultados reais das transações envolvendo essas estimativas podem divergir dos valores apresentados. A administração da Entidade revisa essas estimativas periodicamente.

b) Mudança de estimativa contábil

As políticas e estimativas são anualmente revisitadas e seus efeitos são reconhecidos no exercício em que forem identificadas mudanças bem como em quaisquer exercícios futuros que venham a ser afetados. De modo que as demonstrações contábeis possam representar com fidedignidade a situação patrimonial da entidade, conforme a norma contábil NBC TSP 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria de Serviços Compartilhados da instituição em 04 de fevereiro de 2026.

NOTA Nº 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS**a) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa é representado por caixa, contas bancárias, numerários em espécie e aplicações financeiras de liquidez imediata, ou seja, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

(Em Reais)

b) Créditos a receber de clientes

Estão apresentados pelo valor de realização e decorrem de serviços prestados, prioritariamente na área de educação e qualificação profissional.

c) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

É constituída provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa, fundamentada no CPC/SI, com base em montante suficiente para cobrir as perdas esperadas na realização dos valores a receber.

No qual determina a constituição de provisão os títulos financeiros vencidos a mais de 180 dias. Para os títulos com vencimento inferior a 180 dias, a provisão, quando necessária, é constituída com base em dados históricos de cada cliente.

Destacamos também que é realizada a baixa dos títulos vencidos a mais de 05 anos, reconhecendo assim como títulos não recebíveis.

d) Adiantamentos

Representa os valores adiantados a empregados que serão descontados em folha de pagamento, como também os valores adiantados a fornecedores e terceiros para fornecimento de materiais e serviços específicos.

e) Departamento conta movimento

Referem-se a despesas de competência do Departamento Nacional e/ou dos Departamentos Regionais correspondente a recursos pagos em sua totalidade pela Entidade, tornando-se direitos a receber, bem como obrigações a pagar referente a recursos pagos por outros Departamentos Regionais.

f) Sistema indústria conta movimento

Referem-se a direitos e obrigações relativos a operações compartilhadas pela Entidade entre as demais entidades do Sistema Indústria.

g) Convênios e acordos

Referem-se a direitos e obrigações relativos a convênios e acordos firmados com Entidades de direito público ou privado, para realização de objetivos de interesse comum, cujos recursos serão utilizados na execução de projetos. Os ativos são reconhecidos pelo regime de competência, na medida em que os recursos são recebidos e/ou projetos executados. Os passivos são reconhecidos, na medida em que os recursos são recebidos pela Entidade, e realizados na medida em que os projetos são executados.

Os recursos recebidos e aplicados relativos a convênios executados pela Entidade não transitam pelas contas de receitas e despesas do exercício. Os saldos a executar dos convênios estão apresentados na conta de “Convênios e Acordos - Passivo Circulante” e a disponibilidade existente na conta “Bancos Conta Convênios e Acordos - Ativo Circulante”.

h) Contas correntes ativas e passivas

Correspondem aos valores ativos ou passivos, decorrentes das transações realizadas com os Departamentos Regionais, os Centros de Atividades e direitos/obrigações junto a terceiros ou colaboradores.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

(Em Reais)

i) Estoque

As compras de materiais e produtos não são registradas em Estoque, pois são adquiridos para consumo imediato, dentro do próprio mês de competência.

j) Despesas antecipadas

Referem-se a valores pagos pela contratação com seguros, licenciamentos, assinatura de revistas e periódicos e taxas que serão apropriadas mensalmente ao resultado, de acordo com o regime de competência observando o período de vigência do contrato.

k) Depósitos para recursos judiciais

Os depósitos judiciais estão apresentados pelo valor original acrescidos da atualização monetária, corrigidos pelo mesmo índice da poupança.

l) Imobilizado

O ativo imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido por reavaliações efetuadas em exercícios anteriores, deduzido do saldo da correspondente depreciação/amortização acumulada e perda por redução ao valor recuperável acumulada, quando aplicável.

m) Depreciação de ativos

A depreciação acumulada do período está substanciada com base no Ato Resolutório N° 210/2004, de 06/08/2004, do Conselho Nacional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI/DN, e calculadas com base no método das quotas constantes, ou linear, para registro contábil da depreciação das classes de ativo imobilizado, levando em consideração a vida útil estimada dos bens.

Os bens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os terrenos e os bens cedidos não são depreciados.

Segue abaixo, a tabela com as taxas de depreciação e a vida útil econômica por classe de ativos:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em Reais)

CLASSE DE BENS DO ATIVO	Taxa de Depreciação	Vida Útil
Terrenos	-	-
Prédios	2%	50 anos
Mobiliário em Geral	10%	10 anos
Biblioteca	10%	10 anos
Instrumentos Musicais	10%	10 anos
Veículos	20%	05 anos
Máquinas e Equipamentos em Geral	10%	10 anos
Equipamentos Médico, Cirúrgico e Odontológico	10%	10 anos
Equipamentos de Informática	20%	05 anos
Equipamentos Esportivo e Artístico	10%	10 anos
Equipamentos de Comunicação	10%	10 anos
Outros Bens Móveis	10%	10 anos
Instalações	10%	10 anos
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	Conforme Contrato	

n) Provisões de Férias, 13º Salário e seus respectivos Encargos

A provisão para férias e 13º salário consiste no reconhecimento mensal da despesa como uma obrigação passiva, considerando como base de cálculo 1/12 avos da remuneração e encargos sociais de cada empregado apropriados por regime de competência.

o) Provisões para Riscos

As provisões para risco de perdas em causas cíveis, trabalhistas e fiscais, são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida), resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

Na avaliação das causas para efeito de risco de perda provável, consideram-se as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, o julgamento dos advogados internos e externos.

As provisões são revisadas mensalmente e ajustadas nas circunstâncias julgadas necessárias, em função de prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas, com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas, poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

p) Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante e não circulante, conforme o período de amortização total da transação.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

(Em Reais)

q) Ativo e passivo compensado

Compreendem as contas com função essencial de controle, relacionadas a situações não compreendidas no patrimônio, mas que, direta ou indiretamente, possam vir a afetá-lo, inclusive as que dizem respeito a atos e fatos ligados a execução orçamentária e financeira. O saldo atual consolida o limite de cobertura dos seguros vigentes dos imóveis.

r) Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

As receitas correntes estão compostas pelas receitas de atividades próprias, como segue:

- I. Receitas de contribuições:** referem-se aos recursos advindos da contribuição compulsória subdividida em direta e indireta, incidente sobre a folha de pagamento das empresas contribuintes. Constituem-se contribuintes as empresas do setor industrial, agroindustrial, as de transportes ferroviário e dutoviário, as de comunicações (exceto rádio e televisão) e as de pesca. As indiretas referem-se aos recursos repassados pelo Departamento Nacional – SENAI-DN, oriundos dos montantes arrecadados pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e decorrentes das contribuições efetuadas pelos estabelecimentos industriais enquadrados nas entidades sindicais subordinadas à Confederação Nacional da Indústria - CNI. Essas receitas são registradas com base nos Demonstrativo de Movimentação de Recursos - DMR, enviados pelo Departamento Nacional após a realização dos créditos. As diretas referem-se à contribuição recebida diretamente das indústrias conveniadas com a Entidade, por meio de guia específica, da qual 25% são destinadas ao Departamento Nacional e abatidas no crédito da contribuição indireta;
- II. Receitas financeiras:** oriundas dos contratos de alugueis e arrendamentos de bens móveis e imóveis firmados pela Entidade, e as receitas de valores mobiliários, oriundas de rendimentos de aplicações financeiras, decorrentes de empréstimos e descontos obtidos de fornecedores;
- III. Receitas de serviços:** prestados pela Entidade nas áreas de formação de recursos humanos e da prestação de serviços técnicos e tecnológicos, como consultoria e assistência ao setor produtivo, laboratoriais, pesquisa aplicada e informação tecnológica, entre outros, por meio de cursos e projetos assistenciais;
- IV. Transferências correntes:** receitas provenientes de subvenções e auxílios concedidos pelo Departamento Nacional para aplicação nas despesas correntes e de capital da Entidade;

As **receitas de capital** são representadas essencialmente por alienação de bens, subvenções e auxílios de capital.

As despesas correntes consolidam os gastos realizados pela Entidade na manutenção de suas atividades, como segue:

- I. Despesas correntes:** consolidam os gastos realizados pela Entidade na manutenção de suas atividades, classificáveis como aplicação direta e como transferências correntes.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

(Em Reais)

Desde que contenham todos os elementos que possibilitem a correta classificação contábil da operação, quanto ao valor a ser pago, a natureza e a destinação.

As **despesas de capital** consolidam os gastos incorridos e as provisões, classificáveis como aplicações diretas, investimentos e inversões financeiras, e como de transferências de capital com finalidade de execução orçamentária.

s) Tributos e contribuições

- I. Impostos:** a Entidade, nos termos do art. 150, inciso VI, alínea “c”, da Constituição Federal, enquanto instituição de assistência social, goza de imunidade tributária em relação aos impostos federais, estaduais e municipais.
- II. Contribuições previdenciárias patronais:** todas as contribuições previdenciárias previstas no art. 22, incisos I, II e III, da Lei nº 8.212/91, a contribuição para o PIS não são recolhidas pela Entidade em razão do previsto nos artigos 12 e 13 da Lei nº 2.613/55. Entendimento corroborado através de reconhecimento judicial, nos autos da ação nº 71.2018.4.01.3400, em decisão transitada em julgado em 11/03/2021.
- III. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido:** no que se refere à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a Entidade não apura lucro, portanto, não está sujeita às regras da Lei nº 7.689/88, nos termos do art. 15, § 1º, da Lei nº 9.532/97 e art. 4º, inciso VI, da IN RFB nº 1.234/2012.
- IV. COFINS:** conforme inciso II do art. 46 do Decreto nº 4.524/2002, as Entidades relacionadas no artigo 9º, inseridos os serviços sociais autônomos, são isentas da COFINS com relação às receitas derivadas de suas atividades próprias.

NOTA Nº 04 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O orçamento inicial do exercício no valor de R\$ 108.835.809,36 foi aprovado pelo Conselho Regional do SENAI, conforme Resolução nº 13/2024 de 26 de setembro de 2024.

A execução orçamentária no exercício de 2025, apresentou o seguinte resultado:

DESCRIÇÃO	Orçado (a)	Realizado (b)	Diferença (b-a)
Receitas Orçamentárias (I)	108.835.809,36	92.905.650,36	(15.930.159,00)
(-) Despesas Orçamentárias (II)	108.835.809,36	90.846.186,16	(17.989.623,20)
Superávit/Déficit Orçamentário (I-II)	-	2.059.464,20	2.059.464,20

A execução analítica das receitas referente ao orçamento de 2025, abaixo:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em Reais)

RECEITAS	VALOR	%
Contribuições	19.931.463,17	21,45%
Serviços	20.892.529,90	22,49%
Receitas Financeiras	5.678.281,92	6,11%
Outras Receitas Correntes	3.376.893,20	3,63%
Transferências Correntes	34.540.386,90	37,18%
Receitas de Capital	8.486.095,27	9,13%
TOTAL	92.905.650,36	100,00%

A execução analítica das despesas referente ao orçamento de 2025, abaixo:

DESPESAS	VALOR	%
Pessoal e Encargos Sociais	48.518.613,17	53,41%
Ocupação e Utilidades	3.353.110,60	3,69%
Materiais	3.052.389,60	3,36%
Transporte e Viagens	939.450,89	1,03%
Material de Distribuição Gratuita	76.237,83	0,08%
Serviços de Terceiros	18.204.319,58	20,04%
Despesas Financeiras	2.755.454,99	3,03%
Impostos, Taxas e Contribuições	299.471,82	0,33%
Despesas Diversas	1.031.227,19	1,14%
Transferências Correntes	2.363.986,93	2,60%
Despesas de Capital	10.251.923,56	11,28%
TOTAL	90.846.186,16	100,00%

A retificação orçamentária do exercício foi aprovada pelo Conselho Regional do SENAI, conforme Resolução nº 06/2025 de 29/05/2025, dentre todas as retificações aprovadas enfatizamos a inclusão da receita orçamentária referente à Saldo de Exercícios Anteriores orientada pelo CPC – Sistema Indústria (Resultado de Exercícios Anteriores).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em Reais)

NOTA Nº 05 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

SEM RESTRIÇÃO	31-12-2025	31-12-2024
CAIXA		
Sede	-	-
Unidades Operacionais	663,70	-
Sub-total	663,70	-
BANCOS CONTA MOVIMENTO		
Banco do Brasil	31.627,60	77.476,64
Caixa Econômica Federal	73.328,60	77.989,32
Sub-total	104.956,20	155.465,96
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		
Banco do Brasil	1.248.228,89	1.462.257,89
Caixa Econômica Federal	38.307.309,62	37.859.818,18
Sub-total	39.555.538,51	39.322.076,07
TOTAL	39.661.158,41	39.477.542,03
COM RESTRIÇÃO	31-12-2025	31-12-2024
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		
Banco do Brasil	-	-
Caixa Econômica Federal	3.958.218,28	1.792.928,96
Sub-total	3.958.218,28	1.792.928,96
TOTAL	3.958.218,28	1.792.928,96
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	43.619.376,69	41.270.470,99

Todos os recursos financeiros com restrição disponíveis em Caixa e Equivalentes de Caixa estão relacionados à Apoios Financeiros, vinculados à modalidade de Projetos Estruturantes.

NOTA Nº 06 – CRÉDITOS A RECEBER DE CLIENTES

Representa os valores a receber de clientes no curto prazo deduzido da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em Reais)

CRÉDITOS A RECEBER	31-12-2025	31-12-2024
CURTO PRAZO		
Clientes Diversos	13.406.859,47	18.402.396,77
Clientes SGE	2.516.152,67	2.573.993,09
Clientes em Negociação - Transitória	-	-
Clientes em Negociação - Educação	22.286,41	22.547,14
Cartão Userede	822.088,58	660.410,63
Cartão CIELO	14.559,72	10.136,77
Cartão Stone - Arapiraca	342,45	-
Cartão Stone - Benedito Bentes	19.194,57	-
Cartão Stone - Gustavo Paiva	38.237,75	-
Sub-Total	16.839.721,62	21.669.484,40
(-) Provisão p/ perda com créditos de liquidação duvidosa	(2.927.774,41)	(2.393.481,83)
Sub-Total	13.911.947,21	19.276.002,57
LONGO PRAZO		
Contrato MPT	-	635.027,44
Contrato Qualifica Educação	17.310.386,41	17.310.386,41
TOTAL	31.222.333,62	37.221.416,42

O saldo da conta “Contrato Qualifica Educação” corresponde ao contrato N° 037/2021 firmado entre a Entidade e o Governo do Estado de Alagoas, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação, para a prestação de serviços de desenvolvimento e operacionalização de cursos profissionalizantes de qualificação técnica para os alunos do Ensino Médio, visando conduzi-los para o mercado de trabalho. Os alunos matriculados nos cursos ofertados foram beneficiados com vale transporte e auxílio alimentação durante todo o período de execução do curso.

Após encerrada todas as possibilidades administrativas para recebimento dos recursos financeiros do contrato “Qualifica Educação”, foi aberto ação monitória de nº 0723641-68.2025.8.02.0001 pelo escritório de advocacia Maurício Breda com objetivo de garantir a liquidação e pagamento do débito junto ao Estado de Alagoas.

Julgado mérito procedente, nesse momento, permanece o processo aguardando o transcurso do prazo para eventual recurso em face do acórdão de julgamento para, com o trânsito em julgado, viabilizar mediante cumprimento de sentença, a inscrição em precatório.

A fundamentação da memória de cálculo da Provisão de Perda com Créditos de Liquidação Duvidosa se dá com base na nota explicativa nº 03, letra “c”.

NOTA N° 07 – ADIANTAMENTOS

ADIANTAMENTOS	31-12-2025	31-12-2024
Adiantamentos de Salários	4.586,51	2.346,58
Adiantamentos de Férias	805.660,72	635.267,34
Adiantamento de 13° Salário	-	-
Adiantamentos para Despesas Médicas	3.711,13	4.790,97
Outros Adiantamentos de Empregados	3.551,08	924,25
Adiantamentos a Fornecedores	472.700,97	444.583,49
TOTAL	1.290.210,41	1.087.912,63

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em Reais)

NOTA Nº 08 – DEPARTAMENTO CONTA MOVIMENTO

DEPARTAMENTO CONTA MOVIMENTO	31-12-2025	31-12-2024
Senai - DN	228.962,79	179.998,88
Senai - Maranhão	-	3.398,07
Senai - Rio de Janeiro	-	7.278,17
Senai - Projetos	338.361,16	4.696.024,82
TOTAL	567.323,95	4.886.699,94

NOTA Nº 09 – SISTEMA INDÚSTRIA CONTA MOVIMENTO

SISTEMA INDÚSTRIA	Ativo Circulante		Passivo Circulante	
	31-12-2025	31-12-2024	31-12-2025	31-12-2024
SESI/DR-AL	140.752,72	957.152,89	21.974,71	50.772,59
FIEA	12.618,10	-	31.248,43	-
IEL - AL	-	-	13.147,28	-
TOTAL	153.370,82	957.152,89	66.370,42	50.772,59

NOTA Nº 10 – DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS	31-12-2025	31-12-2024
Depósitos p/ Recursos Judiciais Trabalhistas	69.991,60	188.299,33
Bloqueios p/ Recursos Judiciais	-	124.467,90
Depósitos p/ Recursos Judiciais Cíveis	-	17.491,15
TOTAL	69.991,60	330.258,38

NOTA Nº 11 – IMOBILIZADO

A gestão patrimonial manteve controles adequados sobre os bens do ativo imobilizado, assegurando a fidedignidade das informações contábeis e o alinhamento às normas vigentes. Durante o exercício de 2025, foram realizadas aquisições e alienações conforme demonstradas a seguir:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

(Em Reais)

IMOBILIZADO	31-12-2024	Aquisições	Baixas	Transferência	31-12-2025
BENS IMÓVEIS					
Terrenos	4.899.773,98	-	-	-	4.899.773,98
Prédio - Sede	2.258.762,75	-	-	-	2.258.762,75
Prédio - CFP/GP	3.446.652,13	50.058,31	-	-	3.496.710,44
Prédio - CEP/NB	526.555,98	-	-	-	526.555,98
Prédios - Clube Assefi	265.008,46	-	-	-	265.008,46
Núcleo Multissetorial	-	-	-	7.197.956,10	7.197.956,10
Construções em Andamento	7.197.956,10	-	-	(7.197.956,10)	-
Instalações	-	1.982.076,21	-	-	1.982.076,21
Sub-total	18.594.709,40	2.032.134,52	-	-	20.626.843,92
BENS MÓVEIS					
Mobiliários em Geral	5.435.669,73	1.113.880,93	(69.176,19)	-	6.480.374,47
Veículos	4.222.176,57	798.670,00	(263.295,50)	-	4.757.551,07
Máquinas e Equipamentos em Geral	28.377.030,79	1.085.859,17	(195.846,23)	-	29.267.043,73
Equipamentos Médicos	12.730,48	18.378,00	-	-	31.108,48
Equipamentos de Informática	14.246.683,01	723.809,69	(237.178,17)	-	14.733.314,53
Equipamentos de Comunicação	110.012,37	5.660,80	-	-	115.673,17
Outros Bens Móveis	215.689,15	103.196,00	(732,40)	-	318.152,75
Sub-total	52.619.992,10	3.849.454,59	(766.228,49)	-	55.703.218,20
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	-	61.028,80	-	-	61.028,80
Sub-total	-	61.028,80	-	-	61.028,80
TOTAL	71.214.701,50	5.942.617,91	(766.228,49)	-	76.391.090,92

Grupo de Bens	Quantidade	Valor Total de Aquisição
Prédio	1	R\$ 50.058,31
Equip. Informática	113	R\$ 723.809,69
Maq. Equip. Geral	230	R\$ 1.085.859,17
Equip. Médicos	2	R\$ 18.378,00
Mobiliário em Geral	763	R\$ 1.113.880,93
Veículos	10	R\$ 798.670,00
Equip. De Comunicação	3	R\$ 5.660,80
Outros Bens Móveis	19	R\$ 103.196,00
Imobilizado em Andamento	1	R\$ 61.028,80
Instalações	18	R\$ 1.982.076,21
Total	1.160	R\$ 5.942.617,91

Os bens do grupo de Imobilizado em Andamento correspondem aos materiais adquiridos para composição dos kits didáticos para utilização nos cursos técnicos, previsto para finalização no exercício de 2026.

Evidenciamos, por grupo de ativo imobilizado, o saldo residual após as depreciações acumuladas até o término deste exercício.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em Reais)

IMOBILIZADO	Valor de Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
BENS IMÓVEIS			
Terrenos	4.899.773,98	-	4.899.773,98
Prédio - Sede	2.258.762,75	(1.174.556,30)	1.084.206,45
Prédio - CFP/GP	3.496.710,44	(1.880.142,04)	1.616.568,40
Prédio - CEP/NB	526.555,98	(273.808,86)	252.747,12
Prédios - Clube Assefi	265.008,46	(213.342,83)	51.665,63
Núcleo Multissetorial	7.197.956,10	(383.890,97)	6.814.065,13
Instalações	1.982.076,21	(16.517,30)	1.965.558,91
Sub-total	20.626.843,92	(3.942.258,30)	16.684.585,62
BENS MÓVEIS			
Mobiliários em Geral	6.480.374,47	(3.602.985,47)	2.877.389,00
Veículos	4.757.551,07	(3.709.062,07)	1.048.489,00
Máquinas e Equipamentos em Geral	29.267.043,73	(21.416.304,60)	7.850.739,13
Equipamentos Médicos, Cirúrgico, Odontológico	31.108,48	(10.160,48)	20.948,00
Equipamentos de Informática	14.733.314,53	(11.163.497,64)	3.569.816,89
Equipamentos de Comunicação	115.673,17	(55.533,48)	60.139,69
Outros Bens Móveis	318.152,75	(182.294,37)	135.858,38
Sub-total	55.703.218,20	(40.139.838,11)	15.563.380,09
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	61.028,80	-	61.028,80
Sub-total	61.028,80	-	61.028,80
TOTAL	76.391.090,92	(44.082.096,41)	32.308.994,51

IMOBILIZADO (DEPRECIÇÃO)	31-12-2024	Depreciação do Exercício	31-12-2025
BENS IMÓVEIS			
Terrenos	-	-	-
Prédio - Sede	(1.129.381,10)	(45.175,20)	(1.174.556,30)
Prédio - CFP/GP	(1.811.125,57)	(69.016,47)	(1.880.142,04)
Prédio - CEP/NB	(263.277,78)	(10.531,08)	(273.808,86)
Prédios - Clube Assefi	(208.042,67)	(5.300,16)	(213.342,83)
Núcleo Multissetorial	-	(383.890,97)	(383.890,97)
Instalações	-	(16.517,30)	(16.517,30)
Sub-total	(3.411.827,12)	(530.431,18)	(3.942.258,30)
BENS MÓVEIS			
Mobiliários em Geral	(3.138.039,48)	(464.945,99)	(3.602.985,47)
Veículos	(3.918.170,57)	209.108,50	(3.709.062,07)
Máquinas e Equipamentos em Geral	(20.328.999,57)	(1.087.305,03)	(21.416.304,60)
Equipamentos Médicos, Cirúrgico, Odontológico	(8.351,28)	(1.809,20)	(10.160,48)
Equipamentos de Informática	(9.460.560,21)	(1.702.937,43)	(11.163.497,64)
Equipamentos de Comunicação	(47.207,17)	(8.326,31)	(55.533,48)
Outros Bens Móveis	(176.323,05)	(5.971,32)	(182.294,37)
Imobilizado em Andamento	-	-	-
Sub-total	(37.077.651,33)	(3.062.186,78)	(40.139.838,11)
TOTAL	(40.489.478,45)	(3.592.617,96)	(44.082.096,41)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025***(Em Reais)***NOTA Nº 12 – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	31-12-2025	31-12-2024
Imposto de Renda - Empregados	-	296.159,97
Imposto de Renda - Terceiros	2.175,87	9.248,47
Imposto de Renda - PJ	14.874,92	6.171,03
ISS a Recolher	32.232,89	35.576,99
CSRF a Recolher	77.372,94	44.740,71
TOTAL	126.656,62	391.897,17

NOTA Nº 13 – SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR	31-12-2025	31-12-2024
Salários a Pagar	-	1.391.451,81
INSS a Pagar - Empregados	-	171.616,66
INSS a Pagar - Autônomos	-	18.388,81
INSS a Pagar - PJ	38.739,04	18.977,65
FGTS a Pagar	-	246.989,96
Contribuições a Entidades de Previdência Complementar	10,36	-
TOTAL	38.749,40	1.847.424,89

NOTA Nº 14 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O financiamento obtido junto ao BNDES, por intermédio do Departamento Nacional, conforme contrato de financiamento nº 12.2.0152.1 de 03 de abril de 2012, no valor de R\$ 1,5 bilhões, com taxa de juros nominal de TJLP+1,4% a.a, para a implantação do Programa SENAI de Apoio à competitividade da Indústria Brasileira, cuja execução cabe aos Departamentos Regionais. O contrato prevê uma carência de 03 (três) anos para pagamento do valor principal e a amortização da dívida ocorrerá no período de 12 anos, contados do recebimento dos recursos.

Essa operação está suportada por um “contrato-mãe”, celebrado entre o Sistema SENAI-DN e o BNDES, sendo as liberações de recursos suportadas por subcontratos, firmados com concordância dos Departamentos Regionais.

Em 14 de abril de 2014, foi firmado o 4º Termo Aditivo no qual consta um subcrédito “A4” destinado ao SENAI-DR/AL, no valor de R\$ 14.783.582,07 reais. Com carência de 36 meses, ou seja, até 15 de abril de 2017, prazo de amortização de 144 meses, vencendo-se a primeira parcela em 15 de maio de 2017 e a última em 15 de abril de 2029.

Em 14 de maio de 2015, foi firmado o 5º Termo Aditivo no qual consta um subcrédito “A5” destinado ao SENAI-DR/AL, no valor de R\$ 1.681.829,25 reais. Com carência de 36 meses, ou seja, até 15 de maio de 2018, prazo de amortização de 144 meses, vencendo-se a primeira parcela em 15 de junho de 2018 e a última em 15 de maio de 2030.

Em novembro de 2016, o Departamento Nacional emitiu a Resolução nº 38/2016 do Conselho Nacional do SENAI, tratando da metodologia sobre a participação ajustada do

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

(Em Reais)

Departamento Nacional no âmbito do financiamento junto ao BNDES. Até o mês de novembro de 2016 foi realizado o registro da parte do SENAI-DR/AL (24%) na conta de obrigação. Após a citada resolução também foi realizado o serviço de 76% referente à parte do SENAI-DN.

Em novembro de 2022 foi aprovada a proposta oferecida pelo SENAI-DR/AL para utilização dos recursos do subcrédito A4 e A5 com a finalidade de construção do novo centro de Formação Profissional, denominado Núcleo Multissetorial, como também da modernização dos Centros Profissionais Gustavo Paiva e José Gomes Barbosa.

Os valores liberados através dos subcontratos estão demonstrados conforme o prazo de vencimento das obrigações contratuais:

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
	31-12-2025	31-12-2024	31-12-2025	31-12-2024
Operações Externas BNDES-DN	2.343.883,88	2.081.657,97	5.365.038,63	7.687.491,55
Atualização Monetária BNDES-DN	24.498,39	29.102,38	-	-
TOTAL	2.368.382,27	2.110.760,35	5.365.038,63	7.687.491,55

NOTA Nº 15 – CONTAS CORRENTES PASSIVAS

Correspondem ao recolhimento de contribuições, conforme termos de recolhimento direto realizado no Financeiro da Entidade, para encontro de contas junto ao SENAI-DN, como também a recursos recebidos e não identificados às ordens a receber.

CONTAS CORRENTES PASSIVAS	31-12-2025	31-12-2024
Recolhimento Direto	245.578,61	431.431,52
Recursos a Classificar	2.011,60	-
TOTAL	247.590,21	431.431,52

NOTA Nº 16 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

Trata de recursos de projetos e serviços futuros, que serão apropriados à medida que forem ocorrendo suas realizações, conforme procedimentos de registro, em consonância com o regime de competência bem como as consignações descontadas na folha de pagamento. Além disto, a rubrica “Recursos de Serviços a Realizar – Educação” destina-se às mensalidades pagas por adiantamento que ainda terão a prestação de serviços realizadas através dos cursos ofertados.

OUTRAS OBRIGAÇÕES	31-12-2025	31-12-2024
Consignações a Pagar	412,21	79,47
Recursos de Serviços Futuros - Projetos	4.023.809,50	1.792.928,97
Recursos de Serviços Futuros - Diversos	182.050,66	-
Recursos de Serviços a Realizar - Educação	322.785,09	1.156.859,20
Recursos de Serviços Futuros - Serviços/Educação	-	100.000,00
TOTAL	4.529.057,46	3.049.867,64

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

(Em Reais)

A rubrica “Recursos de Serviços Futuros – Projetos” destina-se aos recursos financeiros antecipados que ainda serão realizadas sua execução e posterior prestação de contas junto ao Departamento Nacional.

Recursos de Serviços Futuros - Projetos	31-12-2025	31-12-2024
Aquisição de Equipamentos - Unidade Arapiraca	1.518.398,72	-
Adequação dos Ambientes de Aprendizagem - Unidade Poço	1.489.881,56	-
Modernização Tecnológica	680.314,55	896.122,39
Modernização Física	-	305.302,55
Inovação em Foco	120.028,65	93.250,01
Alinhar	119.463,50	-
Comunicação de Eventos	-	161.931,51
WSC - Worldskills Competition	-	103.851,49
Empreendedorismo Inovador	-	50,02
Treinamento	95.722,52	232.421,00
TOTAL	4.023.809,50	1.792.928,97

NOTA Nº 17 – PROVISÃO PARA RISCOS & COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA

Está constituída, com base na avaliação da Assessoria Jurídica, para os processos classificados por esta, como de provável perda. A administração entende que as provisões constituídas e registradas no balanço, são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

PROVISÃO PARA RISCOS	31-12-2025	31-12-2024
Contingências Judiciais Trabalhistas	153.004,23	757.209,78
Contingências Judiciais Cíveis	-	13.274,52
Subtotal	153.004,23	770.484,30

COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA	31-12-2025	31-12-2024
Compensação INSS - Processo 2010.4.05.8000	7.841.372,12	7.841.372,12
Atualização Monetária - Processo 2010.4.05.8000	14.477.441,77	13.425.949,43
Subtotal	22.318.813,89	21.267.321,55
TOTAL	22.471.818,12	22.037.805,85

Nº do Processo	Dep. Judicial	Tipo	Valor da Ação
0000421-82.2024.5.19.0005	13.813,83	Trabalhista	60.000,00
0000420-63.2025.5.19.0005	-	Trabalhista	93.004,23
TOTAL	13.813,83		153.004,23

Compensação tributária refere-se à recomposição dos valores de compensação realizados a título de INSS, nos exercícios de 2011 à 2015, decorrente do Processo Judicial nº 2010.4.05.8000 movido pela Entidade e que trata de pleito de compensação do referido tributo

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

(Em Reais)

que fora pago sobre verbas que a Entidade e a assessoria jurídica contratada entendem como não incidentes para fins de recolhimento de INSS, tendo para isso firmado contrato com empresa de assessoria jurídica especializada.

NOTA Nº 18 – POSSÍVEIS PERDAS COM DEMANDAS JUDICIAIS

A Entidade é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários em andamento, e está discutindo essas questões na esfera judicial. Essas questões, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos, são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião da Assessoria Jurídica interna e/ou externa.

Para as contingências avaliadas pela administração em conjunto com sua Assessoria Jurídica como perdas possíveis para as quais não foi constituída provisão. A Entidade é ré em ações judiciais trabalhistas e cíveis, classificadas com risco de perda possível, portanto, não provisionadas, que totalizam:

DEMANDAS JUDICIAIS	31-12-2025	31-12-2024
Natureza Trabalhista	394.517,36	3.150.108,90
Natureza Cível	-	-
Sub-total	394.517,36	3.150.108,90
(-) Depósitos Judiciais	-	-
TOTAL	394.517,36	3.150.108,90

Nº do Processo	Data de Ingresso	Dep. Judicial	Tipo	Valor da Ação
0000910.85.2025.5.19.0005	18/05/2025	-	Trabalhista	394.517,36
TOTAL		-		394.517,36

NOTA Nº 19 – COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA

Refere-se a recomposição dos valores de compensação realizados a título de INSS, nos exercícios de 2011 à 2015, decorrente do Processo Judicial nº 2010.4.05.8000 movido pela Entidade e que trata de pleito de compensação do referido tributo que fora pago sobre verbas que a Entidade e a assessoria jurídica contratada entendem como não incidentes para fins de recolhimento de INSS, tendo para isso firmado contrato com empresa de assessoria jurídica especializada.

Por meio de contrato firmado, foi realizada uma perícia contábil nos processos judiciais MS 0003123-37.2010.4.05.8000, MS 0006540-61.2011.4.05.8000 e MS 0006334-47.2011.4.05.8000, com o objetivo de identificar valores relacionados à contribuição social previdenciária patronal, abrangendo provisões contábeis e compensações tributárias. A finalidade principal foi subsidiar o SENAI-DR/AL na correta provisão contábil desses valores, considerando a formalização dos lançamentos contábeis e as compensações tributárias vinculadas ao INSS.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

(Em Reais)

Decisões judiciais determinaram a suspensão da exigibilidade de contribuições previdenciárias sobre algumas verbas específicas, como o adicional de 1/3 de férias, os primeiros 15 dias de afastamento por acidente ou doença, o vale-transporte pago em dinheiro e o aviso prévio indenizado, incluindo a respectiva parcela proporcional do 13º salário.

A perícia contábil, após análise documental e atualização dos valores até 31/12/2024, identificou divergências significativas entre os valores registrados contabilmente (R\$ 16.419.078,78) e os montantes registrados no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público (CADIN), que totalizam R\$ 21.267.321,55. A diferença apurada foi de R\$ 4.848.242,77.

Considerando o postulado do conservadorismo (prudência), que prioriza o reconhecimento assimétrico, privilegiando o maior passivo e a menor receita, o laudo pericial concluiu ser razoável o ajuste no saldo contábil, recomendando a provisão do montante de R\$ 4.848.242,77.

Dentro dos valores apurados na perícia contábil, a diferença observada entre os exercícios de 2024 e 2025 decorre exclusivamente da atualização monetária aplicada sobre os montantes já identificados no referido laudo, tendo o valor anteriormente considerado de R\$ 13.425.949,43 sido atualizado para R\$ 14.477.441,77. Tal variação não representa alteração de critério, revisão de cálculo ou reconhecimento de novos valores, limitando-se à recomposição monetária dos saldos originalmente apurados.

COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA	31-12-2025	31-12-2024
Compensação INSS - Processo 2010.4.05.8000	7.841.372,12	7.841.372,12
Atualização Monetária - Processo 2010.4.05.8000	14.477.441,77	13.425.949,43
TOTAL	22.318.813,89	21.267.321,55

NOTA Nº 20 – GRATUIDADE

Em atendimento aos artigos 10º e 68º do Regimento do SENAI, o Departamento Regional de Alagoas destinou, em 2025, para vagas gratuitas em cursos e programas de educação profissional, o valor de R\$ 37.542.029,93, que corresponde a 77,19% da receita líquida de contribuição - RLCC.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em Reais)

Demonstrativo do Cumprimento da Aplicação da Receita Líquida de Contribuição Compulsória (RLCC) em Gratuidade Regimental	
Receita Líquida Contribuição Compulsoria Aplicada Gratuidade Regimental	R\$ 37.542.029,93
RECEITAS	
Receita Bruta de Contribuição Compulsória (RBCC)	R\$ 52.581.218,54
Receita Líquida de Contribuição Compulsória (RLCC)	R\$ 48.637.627,15
Compromisso de Aplicação da RLCC em Gratuidade Regimental	R\$ 32.421.842,26
DESPESAS	
Total em Educação em Gratuidade	R\$ 62.934.603,73 R\$ 37.542.029,93
HORA-ALUNO	
Hora-aluno Total	3.430.722,00
Hora-aluno em Gratuidade	2.034.434,00
Resultado do Cumprimento de Aplicação da RLCC em Gratuidade Regimental	R\$ 5.120.187,67
Percentual da RLCC aplicado em Gratuidade Regimental	77,19%

Notas:

- Receita Líquida de Contribuição Compulsória:** Corresponde a 92,50% da Receita Bruta de Contribuição Compulsória Geral, em conformidade com o Art. 68, §1º do Regimento do SENAI, atualizado pelo Decreto Lei nº 6.635, de 5 de novembro de 2008.
- Compromisso total de Aplicação da RLCC em Gratuidade Regimental:** Corresponde à 66,66% da Receita Líquida de Contribuição Compulsória (RLCC).
- Hora-Aluno:** Considera a soma das horas destinadas ao desenvolvimento dos alunos matriculados em cursos de educação profissional e tecnológica, dentro de um determinado período.
- Resultado do Cumprimento de Aplicação da RLCC em Gratuidade Regimental:** Corresponde ao resultado (positivo ou negativo), da aplicação de recursos da receita líquida de contribuição compulsória destinada para a gratuidade, em relação à meta regimental.

NOTA Nº 21 – FUNDO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Entidade participa da PREVISC, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, responsável pela administração do Plano PREVFIEA, estruturado na modalidade de contribuição definida, com o objetivo de oferecer benefícios previdenciários adicionais aos seus colaboradores.

A avaliação atuarial mais recente, com data-base em 31 de dezembro de 2025, foi elaborada por profissional legalmente habilitado, sob a responsabilidade do atuário Christiano Telles Silveira (MIBA nº 946), em conformidade com a Resolução CNPC nº 30/2018, considerando hipóteses e referenciais atuariais compatíveis com a natureza do plano e com o

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

(Em Reais)

perfil da massa de participantes. Em dezembro de 2025, o plano contava com 244 participantes ativos. No período, os valores aportados pela Entidade totalizaram R\$ 1.548.678,17.

Por se tratar de plano de contribuição definida, os riscos atuariais são limitados aos valores aportados, inexistindo déficit atuarial a ser equacionado, bem como não há saldo de conta de ajustes futuros a reconhecer na data-base da avaliação.

A auditoria das atividades da PREVISC é realizada pela empresa Atuas, não tendo sido identificados apontamentos relevantes no último período auditado em 2025, o que assegura a regularidade, a transparência e a conformidade dos procedimentos adotados.

NOTA Nº 22 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido é de R\$ 68.668.582,42 (sessenta e oito milhões, seiscentos e sessenta e oito mil, quinhentos e oitenta e dois reais e quarenta e dois centavos), correspondentes aos superávits acumulados e o resultado do exercício.

O Patrimônio Líquido neste exercício, composto pelo saldo inicial acumulado acrescido do superávit ou diminuído do déficit, está evidenciado no quadro abaixo.

DESCRIÇÃO	Superávit/Déficit Acumulado	Saldo do Exercício	Patrimônio Social
SALDO EM 31/12/2023	38.463.285,65	12.387.685,63	50.850.971,28
Transferência de saldo Exercício Anterior	12.387.685,63	(12.387.685,63)	-
Superávit/Déficit do Exercício	-	23.068.472,41	23.068.472,41
SALDO EM 31/12/2024	50.850.971,28	23.068.472,41	73.919.443,69
SALDO EM 01/01/2025	50.850.971,28	23.068.742,41	73.919.713,69
Transferência de saldo Exercício Anterior	23.068.742,41	(23.068.742,41)	-
Superávit/Déficit do Exercício	-	(5.251.131,27)	(5.251.131,27)
SALDO EM 31/12/2025	73.919.713,69	(5.251.131,27)	68.668.582,42

NOTA Nº 23 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de emissão dessas demonstrações contábeis, não ocorreram eventos subsequentes relevantes, que possam impactar de modo significativo as demonstrações contábeis e que requeiram ajustes ou divulgação.

David Felipe C. de V. Braga
Contador
CRC/AL 008672/O-0

Carlos Alberto Pacheco Paes
Diretor Regional do SENAI-DR/AL

Identificação interna do documento 8NB79BK0TA-AZ8TG7P2



Nome do arquivo:

00._Notas_Explicativas_SENAI_-_2025_v03_2026040115542946069
85.pdf

Data de vinculação ao processo: 01/04/2026 16:01

Autor: Tania Rubia da Silva Laurentino (tania.laurentino)

Processo: 2705746